



Brasil: dinâmica urbana no Estado de São Paulo: estruturação e desigualdades sócio espaciais na “ macrometrópole paulista”

Suzana Pasternak

Professora titular FAU-USP

Observatório das Metrópoles- Núcleo São Paulo

Lucia Maria Machado Bogus

Professora titular PUCSP

Observatório das Metrópoles – Núcleo São Paulo

Resumo

O trabalho mostra os primeiros resultados para uma análise da estrutura social e socioespacial da chamada *Macrometrópole Paulista*”. Esta região teve seus contornos definidos pela Emplasa em 2012, compreendendo 174 municípios que abrangem 5 regiões metropolitanas, 2 aglomerações urbanas e 1 micro região no estado de São Paulo, tendo como base o conceito de cidade região desenvolvido por pesquisadores como Soja, Sassen, Scott, Lencioni, entre outros. A cidade região seria uma consequência dos processo contemporâneos de reestruturação produtiva, especializando-se num amplo e complexo sistema de cidades com intensa articulação. O artigo introduz 3 questões básicas:

- A MMP (macrometrópole paulista) se coloca dentro do conceito de cidade região?
- Quais as formas de organização social e econômica na MMP e como têm se modificado no século?
- Que espacialidades estão sendo criadas a partir disso?

Palavras chave : Macrometrópole paulista: processo de urbanização contemporâneo; estrutura social e socioespacial



Introdução

Na “A Revolução Urbana” Lefebvre (1970) inicia o seu livro partindo da hipótese da urbanização completa da sociedade. “*Cette hypothèse implique une définition. Nous appellerons “ société urbaine la société que résulte de l’urbanisation complete, aujourd’hui virtuelle, demain réelle ”*” (Lefebvre, 1970, p 7).

O conceito de urbanização abriga dois aspectos: a concentração espacial da população, ou seja, o crescimento populacional dentro de certo espaço, que impacta a função, forma e estrutura urbana e a difusão de um sistema de comportamentos ditos urbanos, que vão além do fenômeno puramente quantitativo, transformando práticas e modos de vida. Por isso Reis Filho (1966, p 20) coloca a urbanização como processo social. A análise da relação entre a indústria e a urbanização pressupõe que a urbanização seria uma das principais manifestações do processo de produção do espaço, aqui entendido tanto em relação à produção de bens e mercadorias como à produção de relações sociais, ideologias, cultura, valores, modos de vida, etc (Carlos, 1999). Situando historicamente os antecedentes desta relação, Lefebvre relaciona modos de produção a tipos de cidade. Numa escala que vai de 0% a 100%, ilustra o processo da seguinte forma (Lefebvre, 1970, p 20):

0-----100

Cidade política → cidade comercial → cidade industrial → ↓ zona crítica

Implosão –explosão



(concentração urbana, êxodo rural, extensão do tecido urbano, subordinação completa do agrário ao urbano)

Para este autor (e para muitos outros) a cidade política situa-se na origem da cidade e corresponde a uma estrutura sócio espacial que corresponde a uma organização social do excedente agrícola (Childe, 1960). Implica na existência de poder altamente centralizado e hierárquico. É um lugar de dominação, não de produção, que se dá no campo. A cidade política é seguida pela cidade mercantil, que corresponderia no tempo à Revolução Comercial, à medida que o incremento das trocas trouxe ao urbano uma nova função, que se traduziu em nova forma e estrutura. A função muda, permitindo um processo de acumulação dentro do seu tecido. Como forma, a muralha permitirá um ambiente seguro para as trocas



comerciais. Um novo edifício se apresenta na estrutura urbana, o mercado, dividindo o espaço com edifícios que representavam o poder (palácio, igreja). O espaço urbano torna-se o local de encontro de pessoas e coisas, da troca. Com o desenvolver do estado nacional moderno e o desmonte da ordem feudal, modifica-se a relação cidade- campo, a terra se transformando em mercadoria. O capital mercantil urbaniza o mundo para além da Europa, contribuindo para a expansão colonial. A cidade mercantil concentra dupla função: centralização do poder a produção. O Estado nação proporciona segurança e amplia as relações entre cidades, constituindo uma rede inclusive ultra marina.

Ainda seguindo o esquema de Lefebvre, à cidade comercial se segue a industrial. A Revolução Industrial implicou transformações profundas nas práticas sociais: substituição de produtos manufaturados por industrializados, mudanças nas relações de trabalho, direito à propriedade privada, liberalismo econômico, mudanças na organização do trabalho (Taylorismo e Fordismo, entre outras). Esta urbanização industrial impacta tanto o lugar – a cidade- como a articulação entre lugares – a rede urbana (Paiva, 2016). Uma forma urbana específica deste período seria a metrópole.

Lencioni (2004, p1) comenta que “atualmente planejadores e pesquisadores têm se debruçado sobre um novo fato urbano de caráter metropolitano, que se expressa pela extensão territorial da mancha urbana das metrôpoles”. Segundo ela, estamos diante de um processo novo e de uma nova forma de produção do espaço. Para Scott, A e Storper (2001, p 11), este fenômeno, chamado cidade-região, pode ser observado “nas formas de consolidação que começam a ocorrer quando unidades adjacentes de uma organização política local buscam coalizões em escala regional como meio de enfrentar as ameaças e as oportunidades da globalização.” Segundo estes autores, a cidade região não é uma super metrópole, mas tem toda uma nova forma de organização. Magalhães (2008) coloca que a cidade região seria uma forma apropriada para o regime de acumulação flexível, um produto associado à reestruturação produtiva.

O desenvolvimento da indústria flexível redireciona as relações entre o global e o local, dado que barreiras espaciais e temporais se diluem, graças ao desenvolvimento das comunicações, transportes e tecnologias do computador. Os meios de comunicação disponíveis viabilizam o intercâmbio de informações entre os centros de comando e as unidades descentralizadas. Diferentemente do modelo fordista, possui maior flexibilidade e mobilidade geográfica. Há uma tendência cada vez maior da distribuição das atividades e pessoas de forma fragmentada e extensiva. Não é mais necessária a contiguidade física entre plantas industriais, pois o que garante sua integração são as redes informacionais e as redes de transportes de objetos. A implantação das indústrias obedece agora a uma nova lógica: pode estar em qualquer local onde se garantam fluxos de informação e



infraestrutura de transportes. Esta desconcentração das atividades industriais é acompanhada com dispersão de atividades terciárias e da moradia. Para Limonad (2007) coexistem a urbanização extensiva com a intensiva, dado que as duas lógicas de alocação espacial coexistem.

1. Questões colocadas

“A capital paulista, desde os anos 90, se consolidou como centro sofisticado de serviços corporativos e financeiros” (Gaspar, Aparicio e Bessa, 2015,p33).Mas já no fim do século passado notava-se que o estado de São Paulo apresenta amplo e complexo sistema de cidades, com intensa rede de articulações funcionais, centralizada em torno da RMSP. Este espaço é chamado a Macrometrópole Paulista, compreendendo aglomerações urbanas num raio de aproximadamente 200 km em redor da capital. (Lencioni, 2011)

Para muitos autores, este complexo industrial que podemos chamar de macrometropolitano compreende às Regiões Metropolitanas de São Paulo, Campinas, Sorocaba, São Jose dos Campos e Santos, além das aglomerações urbanas de Jundiaí e Piracicaba e a Unidade Regional de Bragantina. A macrometrópole é um complexo de metrópoles localizadas ao redor da Grande São Paulo e surgiu através do processo de conurbação entre os centros metropolitanos paulistas, que com 20,9 milhões de habitantes é uma das mais populosas aglomerações urbanas do mundo. São 174 municípios que concentravam, em 2010, 73,3% do total da população paulista, 83,4% do Produto Interno Bruto estadual e 27,6% do PIB brasileiro, abrigoando 50% da área urbanizada do Estado. **A primeira questão colocada é: cabe aqui o conceito de cidade-região?** Segundo muitos pesquisadores, se temos uma localização industrial fragmentada, uma urbanização extensiva, cidades polinucleadas, desconcentração e fragmentação espacial, rede urbana hierarquizada em função dos centros de comando, o conceito está adequado.

Nota se que entre os 15 maiores PIBs municipais do Estado de São Paulo, só Ribeirão Preto não se situa na macrometrópole. A presença de plantas industriais no tecido macrometropolitanos é expressiva: além das plantas na Grande São Paulo, nota-se a presença da Pirelli, GM, Yoshica e Dell em Sorocaba; da Philips, Panasonic, Basf, Eastman Kodac, Ericson, Johnson&Johnson, Monsanto e Embraer em São Jose dos Campos; da Ford, Volskswagen, LG, Motorola e Alston em Taubaté; da IBM, Bosh, Rodhia, Motorola, EM em Campinas.



A segunda questão que a pesquisa pretende responder é: quais as formas de organização econômica e social na cidade-região paulista e como têm mudado no presente século? Para responder a isso será utilizada a metodologia do Observatório das Metrópoles, com a construção da variável categoria sócio-ocupacional, a partir de dados censitários (Ribeiro & Ribeiro, 2013)

A terceira questão envolve as espacialidades criadas nesta macrometrópole. Como se alocam tanto plantas industriais, como a moradia e as classes sociais e como isto estaria mudando no século XXI?

No presente texto, ainda muito preliminar, apenas esboçamos alguma resposta para a segunda questão. Em relação à terceira pergunta, sobre a estruturação sócio espacial da macrometrópole, apenas os mapas já foram confeccionados, mas não ainda analisados

2. Caracterização da macrometrópole paulista

Como coloca Lencioni (2015, p 10), “megarregião é um conceito usado por alguns autores, entre eles, Sassen (2008). E o de urbanização regional é um conceito que encontramos em Soja (2013)”. Lencioni afirma que nos dois autores a palavra região se coloca. Região impõe a ideia de urbanização difusa, dispersa. Na ideia de Soja, a transição metropolitana evoluiria para a urbanização regional. Mas, como afirma também a autora, urbanização dispersa não significa infinita. No caso do Estado de São Paulo, um trabalho realizado pela Emplasa (Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano), em 2012, a delimitação de macrometrópole paulista compreende 5 regiões metropolitanas (São Paulo, Campinas, Sorocaba, Baixada Santista e Vale do Paraíba Litoral Norte), além de duas outras aglomerações urbanas (Piracicaba e Jundiaí) e a micro região de Bragantina.

Em termos populacionais, seus 174 municípios representam 27% dos municípios do estado, e a população de 30,27 milhões 74% da população estadual e 16% da população do país em 2010. Conforme visto, congrega 5 regiões metropolitanas em 49.927,83 km². Conta com 2 portos e 22 aeroportos, além de vias importantes de circulação que estruturam o tecido regional: rodovias Anhanguera e Bandeirantes, ligando São Paulo a Campinas; rodovia Regis Bittencourt (BR 116), ligando São Paulo a Curitiba, rodovias Castelo Branco e Raposo Tavares, estabelecendo a ligação da capital com Sorocaba e o oeste, Imigrantes e Anchieta, comunicando a capital com a Baixada Santista, a BR 101,



REGIMES URBANOS E GOVERNANÇA METROPOLITANA

(Encontro Nacional da Rede Observatório das Metrópoles).

Natal/RN, 29 a 31 de março de 2017

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

que corta o Brasil e estabelece diversos pontos de acesso ao litoral paulista, Pedro I, ligando o vale do Paraíba a Campinas, Rodovias Presidente Dutra e Airton Sena, ligando São Paulo com o leste do estado e o Vale do Paraíba, rodovia Santos Dumont, conectando a região metropolitana de Campinas com Sorocaba. Dados de 2010 mostram que o PIB da macrometrópole alcançava mais de 82% do PIB estadual e 28% do PIB brasileiro.

Figura 1 – Localização e unidades territoriais da Macrometrópole paulista

Figura 1: Localização da macrometrópole paulista e suas regiões.

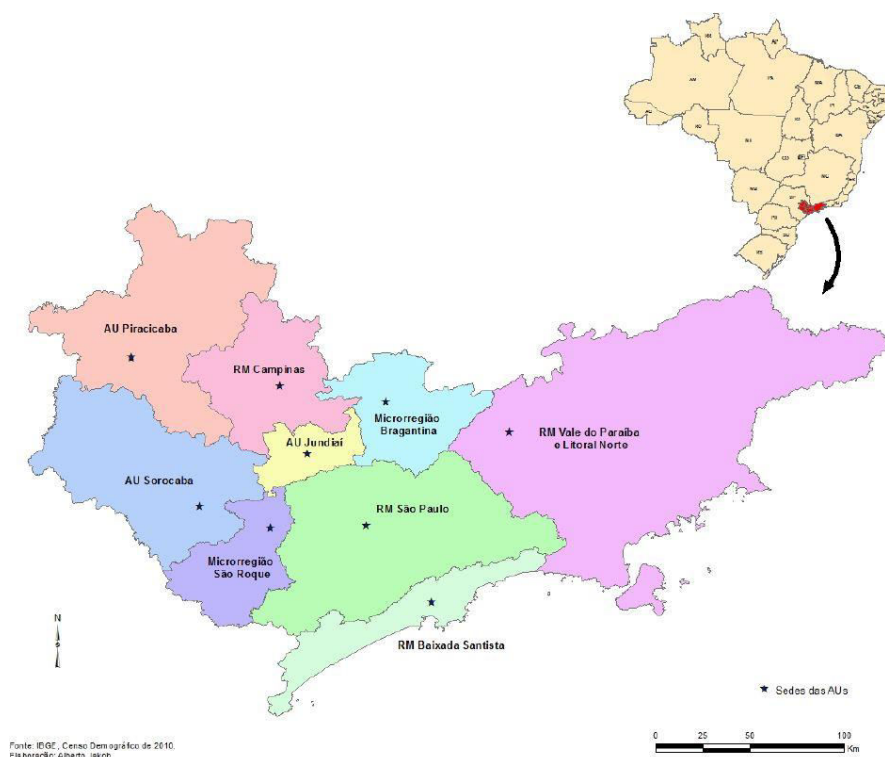


Figura 2 – Estruturação da macrometrópoles-principais eixos viários

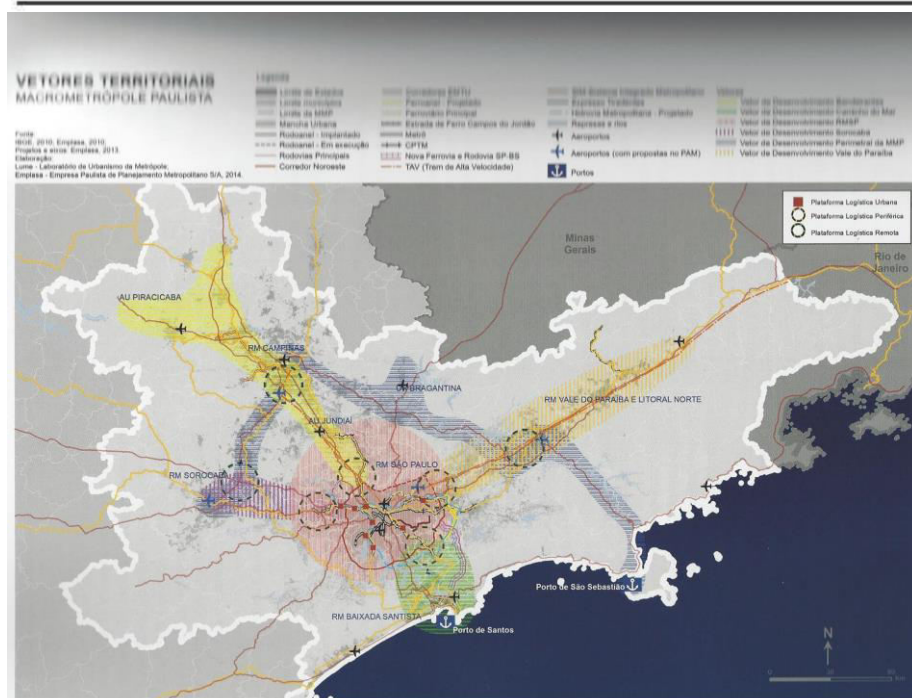


REGIMES URBANOS E GOVERNANÇA METROPOLITANA

(Encontro Nacional da Rede Observatório das Metrópoles).

Natal/RN, 29 a 31 de março de 2017

Universidade Federal do Rio Grande do Norte



Os dados populacionais da Tabela 1 mostram que a população total da macrometrópole cresceu 1,15% ao ano durante a década de 2000-2010, taxa ligeiramente inferior à brasileira no período, de 1,70% ao ano, mas superior à estadual, de 1,09% anuais. Este crescimento foi diferencial por unidade territorial: foi pequeno na Grande São Paulo e atingiu seus valores máximos na RM Campinas e na aglomeração urbana de Piracicaba. As projeções para 2015 indicam uma taxa maior para o intervalo de 5 anos, de 1,50% ao ano, com aumento nas taxas de crescimento de todas as unidades territoriais, com exceção de Jundiaí.

Tabela 1- População da macrometrópole em 2000, 2010 e 2015, por região

região	nº municípios	população			taxas	
		2000	2010	2015	2000-2010	2010-2015
Região Metropolitana de São Paulo	39	17.878.703	19.683.975	21.090.791	0,97	1,39
Região Metropolitana de Campinas	20	2.348.059	2.808.906	3.094.181	1,81	1,95
Região Metropolitana Baixada Santista	9	1.476.820	1.664.136	1.797.500	1,20	1,55
Região Metropolitana Vale do Paraíba e Litoral Norte	39	1.992.110	2.264.594	2.453.497	1,29	1,62
Região Metropolitana de Sorocaba	27	1.253.704	1.440.163	1.565.705	1,57	1,80
Aglomerado Urbano de Piracicaba	23	1.180.570	1.332.507	1.412.721	1,88	2,00
Aglomerado Urbano de Jundiaí	7	580.131	698.724	771.335	1,22	1,18
Micro região de Bragança	10	326.336	379.060	414.938	1,53	1,78
Macrometrópole	174	27.036.433	30.272.065	32.600.668	1,15	1,50

Fonte: Censos de 2000 e 2015, projeções populacionais de 2015 pela F Seade.



Cunha et al (2013) mostrou que neste complexo urbano regional da macrometrópole mais 2 milhões de pessoas realizavam movimentos pendulares (viagens cotidianas entre duas cidades por motivos de trabalho ou estudo) internamente à MMP, ou seja, cerca de 14% da população da população economicamente ativa, segundo o Censo de 2010. Segundo este mesmo autor, só na Grande São Paulo cerca de 1 milhão de pessoas realizam este movimentos, mostrando a importância da metrópole paulista como polo de atração.

A macrometrópole como um todo apresentou aumento relativo da população estadual em 2010: seu peso na população do Estado de São Paulo era de 72,9% em 1991, passando a 73,5% em 2000 e alcançando 74% em 2010. Houve mudanças dos pesos relativos das unidades territoriais componentes: assim a RMSP perdeu proporção no total populacional, compensada pelo aumento da RM Campinas. As outras unidades territoriais ou mantiveram seu peso relativo ou apresentaram pequeno incremento. Nota-se que a desconcentração industrial na metrópole paulista foi acompanhada pela desconcentração populacional. Dada a queda da fecundidade observada na segunda metade do século XX, a migração desempenha papel importante na distribuição espacial da população. Já em 1991 pode-se perceber queda nas taxas de crescimento das metrópoles brasileiras, tanto pela queda do número de filhos por mulher, como pela redução de fluxos migratórios, sobretudo o rural –urbano, responsável pelo incremento da urbanização nos anos 40 e 50. Dados de Silva, Ortega e Cunha (2015) mostram que o saldo migratório diminuiu fortemente no Estado de São Paulo entre a década de 90 e a primeira década dos anos 2000 (uma diminuição de 64%, passando de 1,32 milhão de migrantes para 473 mil). Para a macrometrópole esta diminuição foi ainda maior, de 72%, como um total líquido de migrantes de 1,024 na década de 90 caindo para 291 mil nos anos 2000. A maior responsável por esta redução foi a metrópole de São Paulo, que apresentou, nos anos 2000, um saldo migratório de -300 mil. Em todas as outras unidades territoriais da macrometrópole o saldo migratório entre 2000 e 2010 foi positivo, atingindo valores bastante altos na RM Campinas e em Sorocaba.

Dados publicados no Trabalho de Silva, Ortega e Cunha (2015) e manipulados pelas autoras deste paper permitem mostrar que na década de 90 429 mil pessoas migraram dentro da MMP, num total de 1,7 migrantes nos anos 90. Cerca de 1,28 milhões saíram da MMP (75% dos migrantes). Entre os que saíram, 38% o fizeram em direção ao Nordeste e 13,40% para outros locais dentro do próprio estado de São Paulo.

Entre as diferentes unidades territoriais da macrometrópole, no quadro dos movimentos migratórios – ou seja, mudança de residência - o perfil de movimentações é distinto:



REGIMES URBANOS E GOVERNANÇA METROPOLITANA

(Encontro Nacional da Rede Observatório das Metrópoles).

Natal/RN, 29 a 31 de março de 2017

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

entre os que estavam na região metropolitana de São Paulo em 2000, cerca de 19% eram moradores da RM Campinas e 21% do Vale da Paraíba Litoral Norte. A grande maioria dos que mudaram de residência o fez mudando de município dentro da sua unidade territorial.

Os motivos para a migração intra – macrometrópole ligam-se, cada vez mais, à busca de terrenos de preço acessível, desenvolvimento dos transportes, facilidade de acesso aos centros de consumo, serviços e lazer. E esta migração intra macrometropolitana e intra metropolitana aumenta os movimentos pendulares. A Tabela 4 do trabalho de Silva, Ortega e Cunha (2015, p 21), que detalha a mobilidade pendular interna e externa às regiões metropolitanas paulistas e aglomerações da macrometrópole mostra que, embora o grande volume de movimentos pendulares se dê dentro da macrometrópole, o volume de movimentos pendulares externos aumentou de forma significativa entre 2000 e 2010. Trata-se de uma expansão territorial para além das metrópoles e, talvez, no futuro, pelo que os dados insinuam, para além do território macrometropolitano,

3. Estrutura socioocupacional e sua evolução no século

Tabela 2- Estrutura sócio ocupacional das unidades territoriais da MMP e sua evolução 2000-2010

região	BAIXADA SANTISTA		BRAGANTINA		CAMPINAS		JUNDIAÍ		PIRACICABA		SÃO PAULO		SOROCABA		VPLN		MMP	
ano	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
categorias superiores	8,62%	10,73%	6,52%	10,31%	9,43%	12,50%	8,13%	13,20%	7,60%	10,01%	10,59%	14,61%	6,51%	10,28%	9,11%	10,73%	9,79%	13,39%
categorias médias	28,06%	25,19%	18,78%	20,34%	27,03%	26,74%	24,68%	27,98%	23,45%	22,62%	29,95%	28,73%	21,50%	21,93%	26,65%	23,48%	28,28%	27,19%
categorias populares	62,41%	63,17%	64,86%	60,40%	61,02%	58,81%	64,58%	56,73%	62,53%	62,68%	58,95%	56,08%	65,04%	61,58%	61,52%	62,23%	60,23%	57,82%
agricultores	0,91%	0,90%	9,84%	8,96%	2,53%	1,96%	2,61%	2,10%	6,43%	4,70%	0,51%	0,58%	6,95%	6,20%	2,73%	3,57%	1,70%	1,59%

Fonte: Dados censitários de 2000 e 2010

Um detalhamento metodológico pode ser encontrado tanto no primeiro trabalho comparativo entre Rio de Janeiro e Paris (Preteceille, Ribeiro, 1998) como no livro publicado sobre a metrópole de São Paulo por pesquisadores do Observatório das Metrópoles do núcleo São Paulo (Bogus e Pasternak, 2015). Na tabela 2, consideraram-



se categorias superiores os dirigentes e profissionais de nível superior; categorias médias, pequenos empregadores e ocupações médias e categorias populares urbanas, trabalhadores do terciário, secundário e terciário não especializado. Nas tabelas 3 e 4 segue o detalhamento por cada uma das 25 categorias sócio ocupacionais para 2000 e 2010.

A tabela 2 mostra um aumento de 3,6 pontos percentuais nas categorias superiores para o total da macrometrópole. Este percentual subiu em todas as unidades territoriais, mas chama a atenção os pontos percentuais acrescidos na aglomeração urbana de Jundiaí, onde as categorias superiores subiram 5,07 pontos percentuais na década. A AU de Jundiaí é próxima à cidade de São Paulo e conta com dois eixos rodoviários importantes para a sua ligação com a capital. Este aumento das camadas superiores pode estar mostrando a residência na aglomeração de moradores que optaram por ai morar, em terrenos mais baratos que na capital e numa aglomeração com bom acesso e boas condições de vida. Na RMSP a subida das camadas superiores foi de 4,02 pontos percentuais, logo abaixo da AU de Jundiaí. Nas outras unidades territoriais os valores forma inferiores, mas sempre superiores a 3 pontos percentuais, com exceção do Vale do Paraíba Litoral Norte, onde o aumento atingiu apenas 1,62 pontos percentuais.

Dentro destas camadas superiores é notável a diminuição, em todas as unidades territoriais, do peso relativo das elites. A maior queda se deu na metrópole de São Paulo, quase 1 ponto percentual, seguida de Campinas, com 0,8 pontos percentuais e do Vale do Paraíba Litoral Norte, com queda de 0,82 pontos percentuais. De outro lado, também em todas as áreas notou-se forte aumento dos profissionais de nível superior: em São Paulo, quase 5 pontos percentuais na década e em Jundiaí, 5,70 pontos percentuais. Este último dado tende a confirmar a hipótese de Jundiaí se configurar como moradia preferencial de profissionais liberais, por sua proximidade e acesso à capital.

Em relação às camadas médias, para o total da MMP praticamente o peso percentual de manteve, com perda pequena de 0,32 pontos percentuais. O comportamento de cada unidade territorial foi distinto: houve perda na RMSP (-0,47), na AU Piracicaba (-0,09), no Vale do Paraíba Litoral Norte (perda maior, de -2,28 pontos percentuais) e na Baixada Santista (- 1,91). De outro lado, as regiões de Campinas (0,44), Sorocaba (1,00), Bragantina (2,31) e de Jundiaí (4,14) atestaram aumento das categorias médias. Novamente chama a atenção o forte aumento em Jundiaí.

Nas camadas populares urbanas a macrometrópole apresentou uma perda relativa de - 2,41 pontos percentuais, sobretudo pela perda de trabalhadores do secundário (-1,46



pontos percentuais). Apenas nas regiões da Baixada Santista (0,76), Piracicaba (0,15) e Vale do Paraíba Litoral Norte houve ligeiríssimo aumento do peso relativo das camadas populares urbanas. Em todas as outras a perda foi considerável, sobretudo em Jundiaí, com perda de -7,85 pontos percentuais. Na metrópole de São Paulo esta perda foi menor, de -2,87 pontos, assim como em Sorocaba (-3,46 pontos) e Campinas (-2,21). Em todas as regiões percebe-se perda dos trabalhadores secundários, perda esta significativa em Jundiaí (-3,44). Campinas e São Paulo perderam quase 2 pontos percentuais de trabalhadores do secundário, mostrando uma retração de empregos industriais.. Em relação aos trabalhadores do terciário, o comportamento das distintas regiões foi de pouca perda e/ou pouco ganho. Por exemplo, a RMSP perdeu - 0,63, enquanto que o VPLN ganhou 0,87. Novamente Jundiaí surge como destaque, com perda de -2,06 pontos percentuais. Os trabalhadores do terciário não especializado apresentaram, para o total da macrometrópole, perda de 0,73. Apenas no VPLN houve um ligeiro ganho, de 0,05 pontos percentuais. Nesta categoria socioocupacional destaca-se a perda de Bragantina, de quase 4 pontos percentuais.

É em relação aos trabalhadores agrícolas onde surge a maior diferença entre as regiões: se, na RMSP eles eram 0,58% do total de ocupados em 2010, na micro região Bragantina alcançava, na mesma data, 9,96% dos ocupados, em Piracicaba, 4,70%, em Sorocaba, 6,20%, no Vale do Paraíba Litoral Norte, 3,57%. Há regiões na MMP onde o rural ainda é importante.

Tabela 3- Estrutura sócio ocupacional da MMP, por unidades territoriais, 2000



REGIMES URBANOS E GOVERNANÇA METROPOLITANA

(Encontro Nacional da Rede Observatório das Metrôpoles).

Natal/RN, 29 a 31 de março de 2017

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

categorias socio-ocupacionais	BAIXADA SANTISTA	BRAGANTINA	CAMPINAS	JUNDIAÍ	PIRACICABA	SÃO PAULO	SOROCABA	VPLN	MMP
grandes empregadores	1,11%	1,15%	1,35%	1,26%	1,36%	1,33%	0,96%	1,06%	1,27%
dirigentes do setor público	0,19%	0,15%	0,15%	0,14%	0,18%	0,18%	0,14%	0,29%	0,19%
dirigentes do setor privado	0,53%	0,40%	0,97%	0,85%	0,46%	1,26%	0,48%	0,79%	1,06%
elite dirigente	1,83%	1,71%	2,48%	2,26%	2,00%	2,77%	1,58%	2,13%	2,51%
profissionais autônomos nível superior	1,94%	1,46%	1,56%	1,41%	1,47%	1,97%	1,09%	1,63%	1,81%
profissionais empregados nível superior	2,47%	1,70%	3,06%	2,71%	2,12%	3,66%	1,87%	2,89%	3,26%
profissionais estatutários nível superior	0,50%	0,21%	0,35%	0,28%	0,24%	0,45%	0,24%	0,43%	0,41%
professores de nível superior	1,88%	1,44%	1,98%	1,48%	1,77%	1,74%	1,73%	2,02%	1,79%
profissionais de nível superior	6,79%	4,82%	6,95%	5,88%	5,60%	7,82%	4,93%	6,98%	7,28%
pequenos empregadores	2,62%	2,60%	2,30%	1,95%	2,41%	2,07%	2,03%	2,36%	2,17%
ocupações artísticas e similares	0,88%	0,70%	0,84%	0,83%	1,84%	1,12%	0,83%	0,78%	1,05%
ocupações de escritório	9,04%	5,79%	9,02%	8,79%	7,42%	11,21%	6,84%	8,28%	10,10%
ocupações de supervisão	3,92%	2,99%	4,22%	3,85%	3,25%	4,47%	3,46%	3,87%	4,22%
ocupações técnicas	5,86%	2,79%	6,39%	5,49%	4,34%	6,29%	4,01%	6,17%	6,00%
ocupações médias de saúde e educação	3,29%	2,70%	2,99%	2,60%	3,01%	3,26%	3,09%	3,34%	3,20%
ocupações de segurança pública, justiça e correios	2,45%	1,19%	1,27%	1,17%	1,18%	1,52%	1,25%	1,85%	1,54%
ocupações médias	25,44%	16,18%	24,73%	22,72%	21,04%	27,87%	19,48%	24,28%	26,11%
trabalhadores do comércio	9,25%	8,32%	8,14%	9,03%	8,77%	9,16%	8,46%	8,70%	8,96%
prestadores de serviços especializados	10,72%	6,47%	8,16%	7,78%	6,67%	9,66%	6,97%	8,77%	9,14%
trabalhadores do terciário	19,96%	14,80%	16,30%	16,80%	15,44%	18,81%	15,43%	17,47%	18,09%
trabalhadores da indústria moderna	4,38%	5,20%	8,17%	9,93%	9,06%	6,97%	8,32%	8,99%	7,34%
trabalhadores da indústria tradicional	2,52%	6,51%	5,82%	5,22%	5,55%	4,63%	5,17%	3,30%	4,61%
operários dos serviços auxiliares	9,16%	12,04%	7,91%	8,46%	8,95%	6,33%	10,07%	8,44%	7,26%
operários da construção civil	5,66%	6,01%	7,04%	8,47%	7,41%	5,95%	7,76%	5,73%	6,22%
trabalhadores do secundário	21,72%	29,75%	28,94%	32,08%	30,97%	23,88%	31,32%	26,46%	25,43%
trabalhadores domésticos	6,83%	4,80%	5,38%	5,52%	4,57%	5,23%	5,19%	5,47%	5,32%
ambulantes e biscateiros	9,05%	12,73%	7,56%	7,84%	8,31%	7,28%	10,06%	8,94%	7,83%
prestadores de serviços não especializados	4,84%	2,79%	2,84%	2,33%	3,25%	3,74%	3,03%	3,18%	3,56%
trabalhadores do terciário não especializado	20,72%	20,31%	15,78%	15,69%	16,12%	16,25%	18,29%	17,58%	16,71%
agricultores	0,91%	9,84%	2,53%	2,61%	6,43%	0,51%	6,95%	2,73%	1,70%
total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Censos de 2000 e 2010

Tabela 4- Estrutura sócio ocupacional da MMP, por unidades territoriais, 2010

categorias socio ocupacionais	RMBS	MR Brag	RMC	AU Jundiá	AU Piracicaba	RMSP	RM Sorocaba	RMVPLN	MMP
grandes empregadores	0,97%	1,09%	1,11%	0,86%	1,08%	1,02%	1,02%	0,92%	1,02%
dirigentes do setor público	0,24%	0,27%	0,24%	0,34%	0,19%	0,24%	0,19%	0,26%	0,24%
dirigentes do setor privado	0,17%	0,17%	0,32%	0,42%	0,16%	0,54%	0,16%	0,13%	0,43%
Dirigentes	1,38%	1,53%	1,68%	1,62%	1,43%	1,80%	1,37%	1,31%	1,68%
profissionais autônomos nível superior	2,21%	2,35%	2,23%	2,66%	2,02%	2,88%	2,07%	1,99%	2,62%
profissionais empregados nível superior	3,51%	3,96%	5,58%	6,03%	3,59%	6,87%	3,89%	3,86%	5,99%
profissionais estatutários nível superior	0,59%	0,16%	0,29%	0,36%	0,27%	0,36%	0,29%	0,52%	0,37%
professores de nível superior	3,04%	2,31%	2,73%	2,53%	2,70%	2,70%	2,66%	3,04%	2,73%
profissionais de nível superior	9,35%	8,78%	10,82%	11,58%	8,58%	12,81%	8,91%	9,42%	11,71%
pequenos empregadores	1,66%	1,85%	1,57%	1,12%	1,67%	1,33%	1,45%	1,48%	1,40%
ocupações artísticas e similares	1,07%	1,35%	0,96%	1,13%	1,99%	1,14%	1,04%	1,29%	1,16%
ocupações de escritório	9,02%	6,33%	9,75%	10,50%	7,92%	11,53%	7,52%	8,32%	10,52%
ocupações de supervisão	4,20%	4,05%	5,54%	6,12%	4,32%	5,63%	4,66%	3,78%	5,29%
ocupações técnicas	4,60%	3,75%	5,03%	6,16%	3,70%	5,09%	4,05%	4,04%	4,87%
ocupações médias de saúde e educação	3,45%	2,28%	3,16%	2,36%	2,37%	3,22%	2,51%	3,21%	3,12%
ocupações de segurança pública, justiça e correios	1,19%	0,72%	0,73%	0,58%	0,65%	0,80%	0,70%	1,36%	0,84%
categorias médias	23,53%	18,49%	25,17%	26,86%	20,95%	27,40%	20,48%	22,00%	25,79%
trabalhadores do comércio	11,86%	8,51%	9,48%	8,14%	10,15%	10,07%	9,05%	10,20%	9,99%
prestadores de serviços especializados	9,39%	6,05%	7,33%	6,60%	6,22%	8,11%	6,79%	8,14%	7,88%
trabalhadores do terciário	21,25%	14,56%	16,81%	14,74%	16,36%	18,18%	15,84%	18,34%	17,87%
trabalhadores da indústria moderna	4,43%	4,68%	6,99%	7,08%	9,37%	5,77%	7,20%	6,76%	6,15%
trabalhadores da indústria tradicional	2,06%	5,06%	4,31%	3,37%	4,52%	3,61%	4,29%	2,47%	3,61%
operários dos serviços auxiliares	5,96%	8,89%	7,78%	11,15%	10,12%	6,28%	9,37%	6,52%	6,92%
operários da construção civil	9,20%	10,87%	7,98%	7,04%	8,37%	6,30%	9,83%	10,51%	7,28%
trabalhadores do secundário	21,65%	29,50%	27,06%	28,64%	32,39%	21,97%	30,69%	26,26%	23,97%
trabalhadores domésticos	8,71%	5,01%	6,16%	5,93%	5,43%	7,03%	5,33%	6,80%	6,79%
ambulantes e biscateiros	9,43%	10,07%	7,30%	6,19%	7,04%	7,41%	8,32%	9,28%	7,68%
trabalhadores de serviços não especializados	2,14%	1,25%	1,48%	1,23%	1,46%	1,49%	1,40%	1,55%	1,51%
trabalhadores do terciário não especializado	20,27%	16,34%	14,94%	13,35%	13,93%	15,93%	15,05%	17,63%	15,98%
agricultores	0,90%	8,96%	1,96%	2,10%	4,70%	0,58%	6,20%	3,57%	1,59%
total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Censos Demográficos de 2000 e 2010



REGIMES URBANOS E GOVERNANÇA METROPOLITANA

(Encontro Nacional da Rede Observatório das Metrôpoles).

Natal/RN, 29 a 31 de março de 2017

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Tabela 5- Comparação entre a estrutura socioocupacional dos municípios brasileiros metropolitanos e não metropolitanos com a estrutura socioocupacional da macrometrópole, 2000 e 2010

categorias socio-ocupacionais	municípios 2000		2000	municípios 2010		2010
	metropolitanos	não metropolitanos	MMP	metropolitanos	não metropolitanos	MMP
grandes empregadores	1,2	0,7	1,33%	1,0	0,7	1,02%
dirigentes do setor publico	0,3	0,3	0,18%	0,3	0,3	0,24%
dirigentes do setor privado	0,8	0,2	1,26%	0,3	0,3	0,54%
elite dirigente	2,3	1,2	2,77%	1,6	1,3	1,80%
profissionais autônomos nível superior	1,7	0,8	1,97%	2,3	1,2	2,88%
profissionais empregados nível superior	3,1	1,1	3,66%	5,4	2,0	6,87%
profissionais estatutários nível superior	0,7	0,3	0,45%	0,9	0,5	0,36%
professores de nível superior	1,8	1,3	1,74%	2,8	2,8	2,70%
profissionais de nível superior	7,3	3,5	7,82%	11,4	6,5	12,81%
pequenos empregadores	2,1	2,0	2,07%	1,3	1,3	1,33%
ocupações artísticas e similares	1,2	0,9	1,12%	1,3	1,2	1,14%
ocupações de escritório	9,9	5,2	11,21%	10,4	6,1	11,53%
ocupações de supervisão	4,0	2,5	4,47%	5,0	3,3	5,63%
ocupações técnicas	5,8	2,8	6,29%	5,0	2,8	5,09%
ocupações médias de saúde e educação	3,9	3,9	3,26%	3,6	3,4	3,22%
ocupações de segurança pública, justiça e correios	2,1	1,3	1,52%	1,4	0,8	0,80%
ocupações médias	26,9	16,6	27,87%	26,7	17,6	27,40%
trabalhadores do comércio	9,2	7,4	9,16%	10,4	9,1	10,07%
prestadores de serviços especializados	10,0	6,5	9,66%	8,4	6,1	8,11%
trabalhadores do terciário	19,2	13,9	18,81%	18,8	15,2	18,18%
trabalhadores da indústria moderna	5,5	3,8	6,97%	4,7	4,4	5,77%
trabalhadores da indústria tradicional	4,9	5,0	4,63%	3,8	4,4	3,61%
operários dos serviços auxiliares	5,4	4,8	6,33%	6,0	5,8	6,28%
operários da construção civil	7,3	7,3	5,95%	7,7	8,3	6,30%
trabalhadores do secundário	23,1	20,9	23,88%	22,2	22,9	21,97%
trabalhadores domésticos	8,3	7,4	5,23%	8,0	7,1	7,03%
ambulantes e biscateiros	4,1	3,5	7,28%	1,8	1,7	7,41%
prestadores de serviços não especializados	5,2	4,0	3,74%	6,3	4,8	1,49%
trabalhadores do terciário não especializado	17,6	14,9	16,25%	16,1	13,6	15,93%
agricultores	1,7	26,9	0,51%	1,8	21,8	0,58%
total	100,0	100,0	100,00%	100,0	100,0	100,00%

Fonte : Ribeiro, M.G.,2016, p 245 e 246

Ribeiro (2016), analisando os dados para municípios metropolitanos e não metropolitanos, notou que a maior tendência para a década 2000-2010 pode ser resumida no aumento da participação dos profissionais de nível superior e na redução dos trabalhadores agrícolas. Nos municípios não metropolitanos, ao contrário do que acontece nos metropolitanos e nos municípios da macrometrópole como um todo, nota-se um aumento da proporção dos trabalhadores secundários, assim como ligeiro aumento dos trabalhadores do terciário e das ocupações médias. Também nos municípios não metropolitanos o aumento dos profissionais de nível superior foi forte, de mais de 80%.

A estrutura socioocupacional da macrometrópole se aproxima da estrutura dos municípios metropolitanos, e suas mudanças na década- ligeiras- vão à mesma direção. Este dado ajuda a colocar os municípios da macrometropole num patamar que se



aproxima dos municípios metropolitanos, mostrando a especificidade desta cidade região.

Nota-se que as chamadas categorias médias na macrometrópole (ocupações médias e pequenos empregadores) modificaram-se pouco na década, passando de 28,28% do total de ocupados para 27,9%. No mesmo sentido as proporções destes grupos socioocupacionais nos municípios metropolitanos. Já nos não metropolitanos percebe-se também uma certa manutenção, mas com sentido inverso: pequeno aumento de 18,6% para 18,9%. A alteração mais evidente deu-se nas camadas superiores, onde a elite diminuiu e houve aumento dos profissionais de nível superior, nos municípios metropolitanos, não metropolitanos e macrometropolitanos. Nas camadas populares, percebeu-se aumento de 2 pontos percentuais nos municípios não metropolitanos e não metropolitanos, e redução nos macrometropolitanos. Uma explicação pode estar ligada ao preço da terra, que impele os trabalhadores a fixar residência em municípios fora da macrometrópole, onde a terra seria mais barata. Os dados populacionais indicam também uma migração pendular crescente para o espaço externo à MMP. Enfim, esta é apenas uma hipótese, ainda a ser confirmada.

Esta análise é ainda bastante preliminar. Aparentemente a estrutura socioocupacional da macrometrópole é bastante estável, assim como a dos outros tipos de município. É necessário pesquisar se a estrutura de renda das camadas superiores mudou com o aumento da sua proporção. Além disso, como explicar a diminuição relativa das elites na década? Estes dados são ainda bastante descritivos. É ainda necessária sua possível explicação.

4. Estrutura socioespacial das unidades territoriais da Macrometrópole Paulista

Foram desenhados os mapas resultantes das análises fatoriais para o conjunto da região e das unidades territoriais que a compõem. A tipologia de áreas aumentou de 6 tipos em 2000 para 8 tipos em 2010, mostrando que a região se tornou mais complexa.

A análise neste artigo é mais que preliminar: apenas uma ligeira descrição dos mapas encontrados. Trata-se de trabalho ainda em curso.

A presença de áreas superiores é maior na cidade núcleo, embora apareçam na orla marítima, na porção norte da MMP (Na RM Campinas, em Campinas, Valinhos e Vinhedo) e ao longo do eixo leste, seguindo o eixo viário, que se mostra determinante.



REGIMES URBANOS E GOVERNANÇA METROPOLITANA

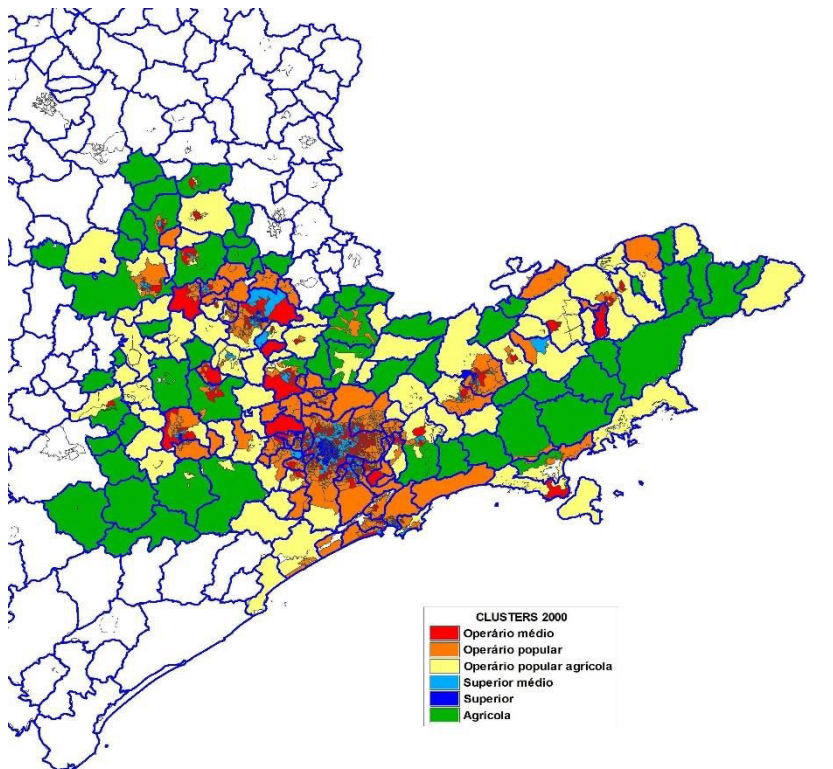
(Encontro Nacional da Rede Observatório das Metrópoles).

Natal/RN, 29 a 31 de março de 2017

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

A seguir, exemplos de alguns dos mapas:

Mapa 1- MMP, com tipologia de áreas, 2000



Mapa 2- MMP, com tipologia de áreas, 2010

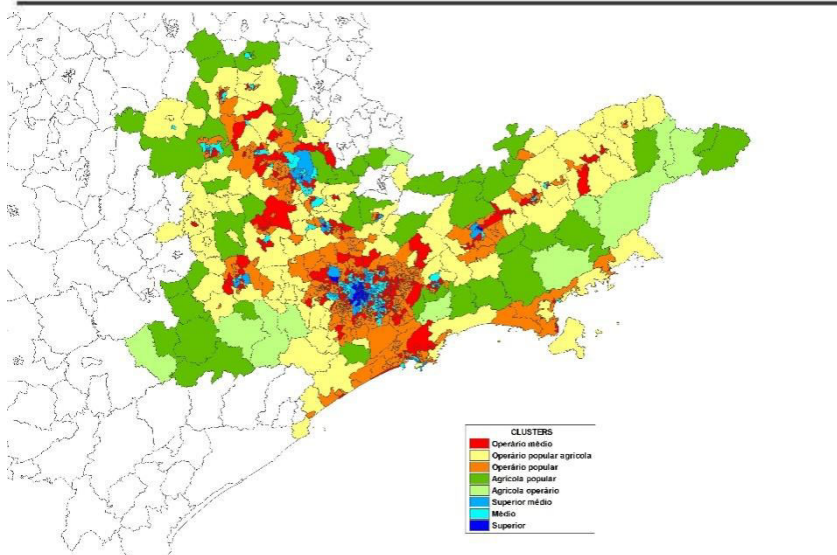


REGIMES URBANOS E GOVERNANÇA METROPOLITANA

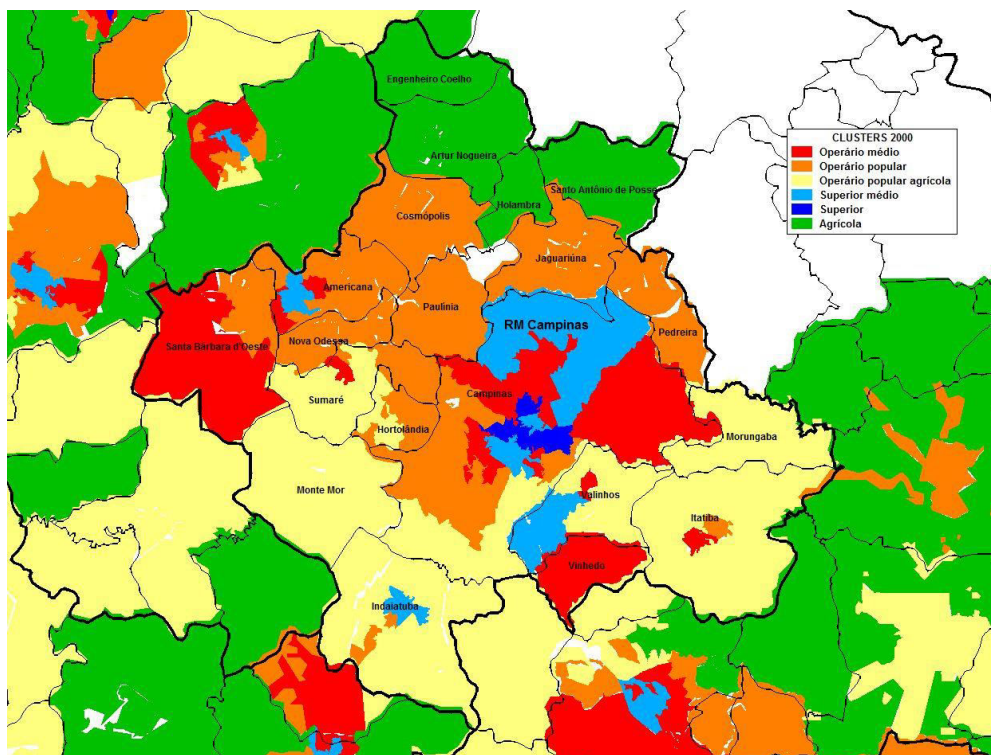
(Encontro Nacional da Rede Observatório das Metrôpoles).

Natal/RN, 29 a 31 de março de 2017

Universidade Federal do Rio Grande do Norte



Mapa 3 – RM Campinas, 2000



Mapa 4 -RM Campinas 2010

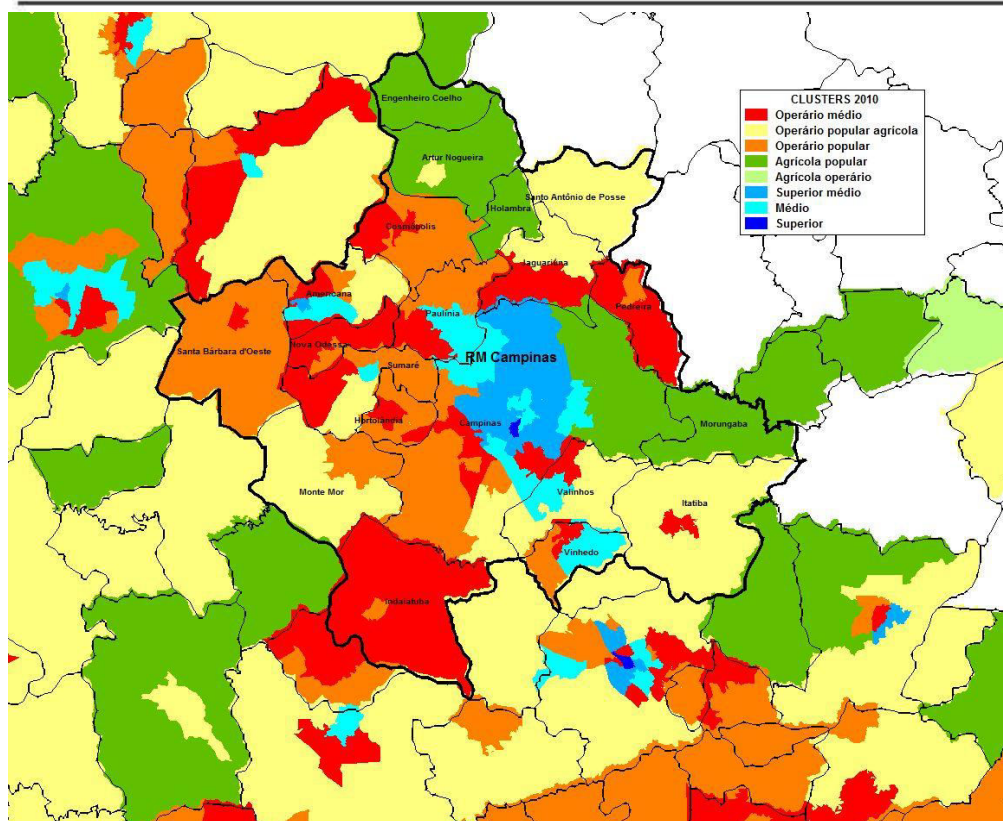


REGIMES URBANOS E GOVERNANÇA METROPOLITANA

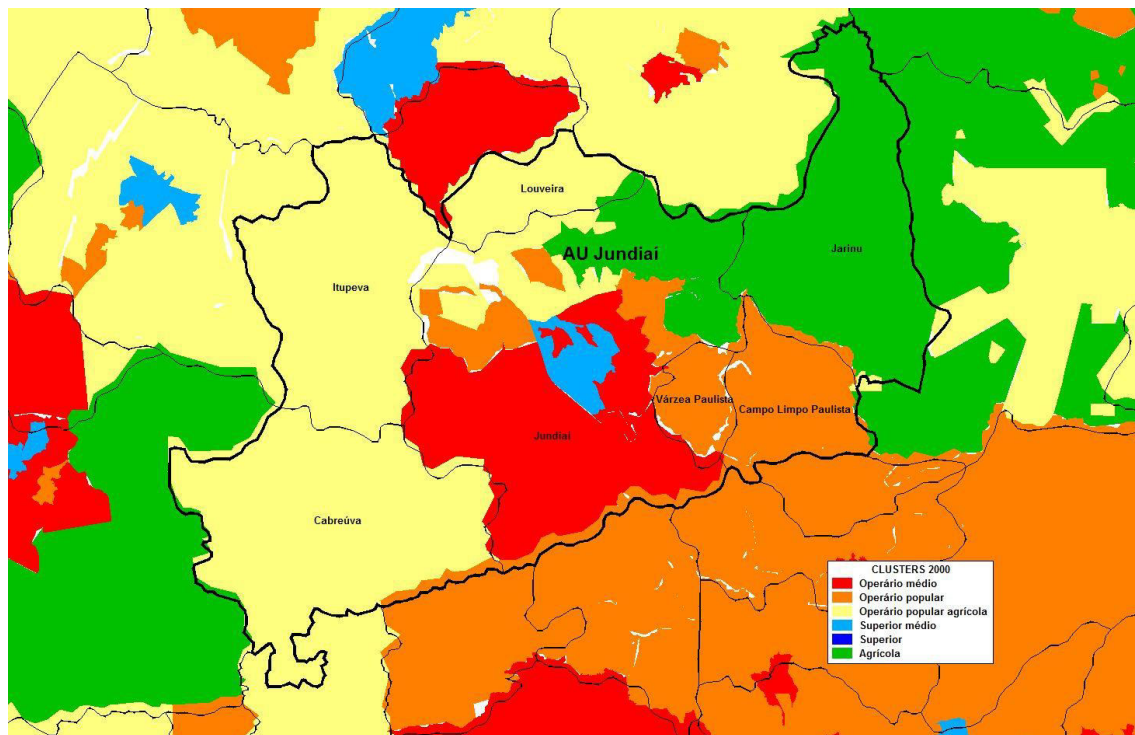
(Encontro Nacional da Rede Observatório das Metrôpoles).

Natal/RN, 29 a 31 de março de 2017

Universidade Federal do Rio Grande do Norte



Mapa 5 - AU Jundiá 2000





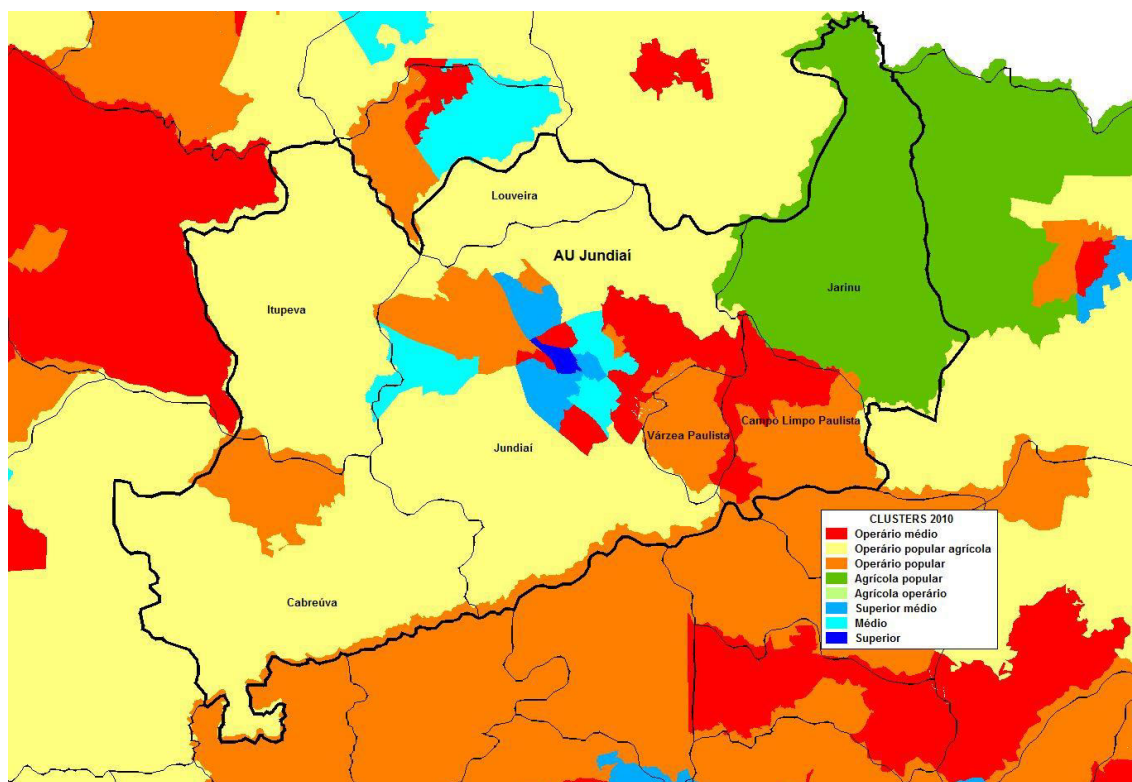
REGIMES URBANOS E GOVERNANÇA METROPOLITANA

(Encontro Nacional da Rede Observatório das Metrópoles).

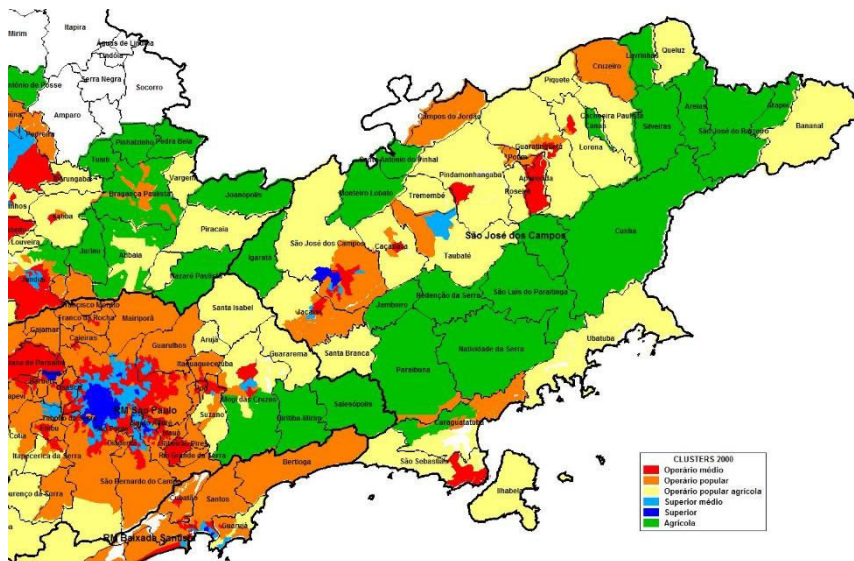
Natal/RN, 29 a 31 de março de 2017

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Mapa 6 - AU Jundiá 2010



Mapa 7- RM Vale do Paraíba Litoral Norte 2000



Mapa 8- RM Vale do Paraíba Litoral Norte 2010

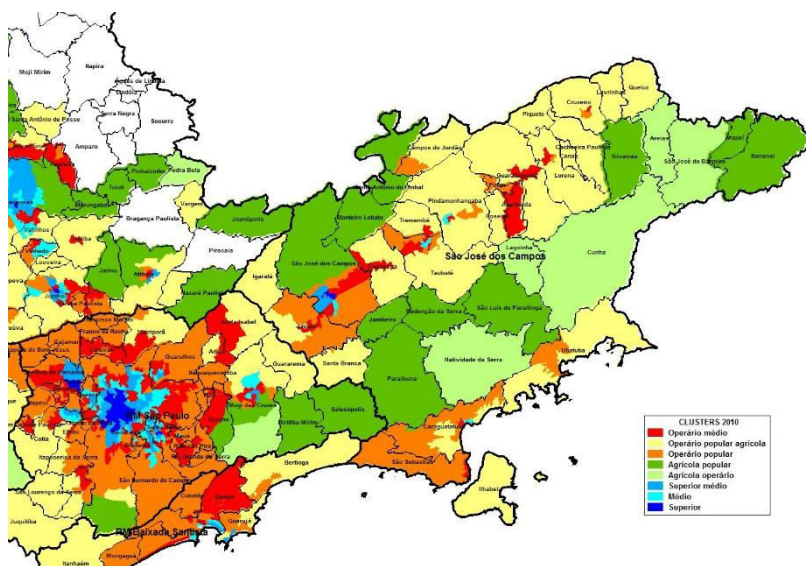


REGIMES URBANOS E GOVERNANÇA METROPOLITANA

(Encontro Nacional da Rede Observatório das Metrópoles).

Natal/RN, 29 a 31 de março de 2017

Universidade Federal do Rio Grande do Norte



6. Bibliografia

- BOGUS, L.M.M e PASTERNAK, S. (2015) **São Paulo: transformações da ordem urbana**. Rio de Janeiro, Letra Capital
- CARLOS, A.F.S. (1999) Novas contradições do espaço. In CARLOS, A.F.S e SEABRA, O. de L (org) **O espaço no fim do século: a nova raridade** São Paulo, Editora Contexto
- CHILDE, G. (1960) **O que aconteceu na história**. Rio de Janeiro, Zahar
- CUNHA, J.M. et al (2013) **Dinâmica demográfica, migração e projeção populacional da Macrometrópole Paulista**. Relatório de pesquisa de apoio à elaboração do Plano de Ação da Macrometrópole Paulista (PAM), Emplasa
- LEFEBVRE, H. (1970) **La révolution urbaine**. Paris, Gallimard
- LENCIONE, S. (2004) A emergência de um fato urbano de caráter metropolitanos em São Paulo. A particularidade de seu conteúdo socioespacial, seus limites regionais e sua interpretação teórica. X Encontro Nacional da ANPUR, ST-2
- LENCIONI, S. (2011) A metamorfose de São Paulo: o anúncio de um novo mundo de aglomeração urbana. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba
- LIMONAD, E. (2007) Nunca fomos tão metropolitanos In REIS, N.G. e TANAKA, M. (org) **Estudos sobre dispersão urbana**. São Paulo, Via das Artes/ FAPESP
- MAGALHÃES, F.N.L. (2008) **Transformações socioespaciais na cidade – região em formação: a economia política do novo arranjo espacial metropolitanos**. Dissertação apresentada ao programa de Pós Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da UFMG
- PAIVA, R. A. (2016). Sobre a relação indústria e urbanização. **Revista e-metropolis** nº27, ano 7, dezembro de 2016
- PRETECEILL, E. e ROBEIRO, L.C.Q. (1998) Estrutura social e segregação urbana: um estudo comparativo Rio de Janeiro e Paris. Caxambu, XXII Encontro Anual da ANPOCS



REIS FILHO, N.G. (1968) **Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil (1500-1720)**. São Paulo, Pioneira/EDUSP

RIBEIRO,L.C.Q.; RIBEIRO. M.G. (2013) **Análise social do território: metodologia para o estudo da estrutura urbana brasileira**. Rio de Janeiro. Letra Capital/Observatório das Metrópoles

RIBEIRA, M. G. (2016) Estrutura social e desigualdade de renda: uma comparação entre municípios metropolitanos e os não metropolitanos do Brasil entre 2000 e 2010. **Revista Brasileira de Estudos de População**, vol 33, nº 2, p 237-256

SCOTT, A.; AGNEW,J.; SOJA,E e STORPER, M. (2001) Cidade –regiões globais. **Espaço e Debates** **41**, ano XVII, p1-25

SILCA,K.A.A.;ORTEGA,G.M. e CUNHA, J.M. P. (2015) Novas formas urbanas: a perspectiva demográfica sobre a formação da Macormetrópoe Paulista. Trabalho apresentado à XVI ENANPUR, Sessão temática . Belo Horizonte